

REFLEXOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO PROCESSO DE INCLUSÃO DOS ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA

Claudenice Maria Vêras Nascimento
Universidade Federal do Espírito Santo
cmvnascimento@yahoo.com.br

Elizabete Bassani
Universidade Federal do Espírito Santo
betebassani@ig.com.br

Hiran Pinel
Universidade Federal do Espírito Santo
hiranpinel@ig.com.br

Resumo: O objetivo desse trabalho foi analisar os reflexos das políticas educacionais de inclusão na Educação de Jovens e Adultos - EJA, no cotidiano dos alunos com necessidades educacionais especiais. Trata-se de uma pesquisa qualitativa caracterizada como Estudo de Caso, realizada com dois sujeitos de uma escola pública de Vitória-ES. De acordo com os resultados da pesquisa, atualmente, existem inúmeras políticas de inclusão educacional na EJA, porém, na prática, as particularidades dos alunos e a formação dos professores não são consideradas.

Palavras-chave: educação de jovens e adultos; políticas educacionais; alunos com necessidades educacionais especiais.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste estudo foi analisar os reflexos das políticas educacionais no processo de inclusão de um aluno com necessidades educacionais especiais, em uma escola pública do município de Vitória – ES. Para tanto, faremos uma breve apresentação de algumas políticas públicas de inclusão na EJA e suas implicações no processo de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais em seguida, apresentaremos os dados de nossa pesquisa.

Ao longo história da educação brasileira, criou-se políticas públicas de inclusão para jovens e adultos excluídos da escola, tais como: Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo, Cruzada Nacional de Educação, Campanha Nacional de Educação de Adultos, entre outras. Hoje, as atuais políticas educacionais estão pautadas na Lei 9.394/96, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nos termos do artigo 37, parágrafo 1º. Esse artigo estabelece que “Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho”. Porém, grande parte das escolas públicas do Brasil que oferecem EJA, ao executar suas políticas de inclusão desconsideram as particularidades de seus alunos.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa qualitativa caracterizada como Estudo de Caso. A escolha pelo estudo de caso deu-se por esse método apresentar grande relevância ao investigar os fenômenos contemporâneos dentro do seu contexto real. O estudo ocorreu em uma escola de Vitória-ES. Com dois sujeitos: a aluna “Juliana” e a professora “Claudete” (Nomes fictícios). A coleta de dados ocorreu por meio de: entrevista; observações e análise de documentos.

RESULTADOS

No Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola pesquisada, encontramos “palavras esvaziadas de significados, ao mesmo tempo, tudo e nada; marcas, clichês, que se avaliam bem no mercado com a alta da boa consciência”, (Larrosa e Skliar, 2001, p. 11). Palavras politicamente corretas, que denotam um projeto político onde a preocupação com os alunos especiais está totalmente contemplada. Entretanto, os dados obtidos com nossas observações e entrevistas demonstraram que o cotidiano da escola foge muito ao apresentado no papel.

Prova disso, são as atividades manuais realizadas por Juliana, tais como: recortar e colar figuras, pintar algum desenho, etc. Diante disso, Fica evidente que a aprendizagem da aluna não era a preocupação central da escola. Ficando explícita a forma de inclusão apontada por Saviani, denominada “inclusão excludente”. Onde, a aluna está incluída no espaço físico da escola, mas excluída do conhecimento. Essa situação se reflete na fala da professora Claudete ao denunciar que a Secretaria Municipal dá pouco apoio, além de não ter formação específica para trabalhar com alunos especiais. Portanto, as atuais políticas de educação inclusiva não permitem um investimento real voltado para o atendimento de alunos com necessidades especiais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos dados apresentados, percebemos que apesar das inúmeras políticas contemplarem a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais no cotidiano escolar, essas políticas refletem ineficiência na sua aplicação, restando aos alunos a mutilação de sua cidadania. Isso porque, entre os equívocos cometidos na hora de implantar essas políticas, efetiva-se o descaso com as especificidades desses sujeitos e com a formação dos professores.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Congresso Nacional. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – Lei nº. 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, 23 de dezembro de 1996.
- LARROSA, J. e SKLIAR, C. **Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- SAVIANI, D. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.